AUDIODESCRIÇÃO SIMULTÂNEA NO TEATRO: UM RELATO DE DEZ ANOS DE ACESSIBILIDADE CULTURAL

Tiago BOTASSIN; Mariana Cristina PEDRINO

UFSCar

Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

tiagobotassin@estudante.ufscar.br

Resumo

Este relato descreve uma experiência de mais de dez anos de audiodescrição simultânea (ads) ao vivo em espetáculos teatrais. A prática combina dois recursos complementares: a visita sensorial ao espaço cênico, realizada antes do espetáculo, e a audiodescrição simultânea durante a apresentação, transmitida via rádio FM a um raio de até 1,5 km, sem limite de participantes. O objetivo é garantir que pessoas com deficiência visual vivenciem o espetáculo com autonomia e fruição estética efetiva. Os relatos dos espectadores apontam aumento significativo na compreensão das cenas, das intenções dos personagens e dos elementos visuais da encenação, além de um sentimento de pertencimento ao espaço cultural. A prática encontra respaldo na Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e demonstra que a acessibilidade cultural bem estruturada não se limita à presença física, mas promove participação ativa e experiência estética plena.

Palavras-chave: tradução audiovisual. teatro acessível. deficiência visual.

1. Introdução

A audiodescrição (ad) é uma modalidade de tradução audiovisual que transforma o visual em verbal, ampliando o acesso de pessoas com deficiência visual a eventos culturais, espetáculos, exposições e outras manifestações artísticas. Segundo Motta e Romeu Filho (2010, p. 11), trata-se de uma atividade de mediação linguística e uma modalidade de tradução intersemiótica que abre possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar.

No contexto teatral, a audiodescrição apresenta características específicas que a distinguem de outras modalidades: ela é sempre realizada ao vivo, exigindo do audiodescritor uma prontidão técnica e estética permanente para lidar com o improviso, a imprevisibilidade e o caráter irrepetível de cada apresentação (Alves;

Teles, 2017; Alves; Nascimento, 2018). A essa singularidade alia-se a dimensão política do teatro como encontro coletivo, que pressupõe a presença e a participação ativa de todos os espectadores, com e sem deficiência visual.

O presente relato sistematiza uma experiência de mais de dez anos de audiodescrição simultânea (ads) ao vivo em espetáculos teatrais, articulada à visita sensorial prévia ao espaço cênico, com transmissão via rádio FM. O objetivo é compartilhar os aprendizados dessa prática continuada, discutir seus fundamentos teóricos e metodológicos e evidenciar seus efeitos na fruição estética e no sentimento de pertencimento cultural das pessoas com deficiência visual.

2. Fundamentação Teórica

A audiodescrição insere-se nos Estudos da Tradução como tradução intersemiótica, conforme a clássica taxonomia de Jakobson (1995), uma vez que realiza a transmutação de signos não verbais (imagens) para signos verbais (o roteiro narrado). Nesse processo, o audiodescritor atua como um leitor-modelo que, antes de descrever, interpreta a obra para poder transmitir com clareza as informações visuais essenciais à construção de sentido pelo espectador com deficiência visual (Alves; Teles, 2017).

No teatro, a AD ao vivo apresenta uma complexidade adicional: a impossibilidade de preparar um roteiro fechado previamente. Alves e Teles (2017) distinguem três modalidades de audiodescrição conforme a simultaneidade entre roteiro, narração e exibição: a AD gravada, a AD ao vivo e a ADS. Nesta última, tanto o roteiro quanto a narração ocorrem no exato momento do espetáculo, tornando o audiodescritor simultaneamente narrador e roteirista em tempo real.

A dimensão coletiva e política do teatro reforça a urgência da acessibilidade. Koehler e Foerste (2021), apoiadas em Benjamin (1994), lembram que todo monumento de cultura carrega também a marca da barbárie, e que a exclusão de pessoas com deficiência do compartilhamento de bens culturais é um mal histórico que persiste em diversos espaços sociais: nos eventos artísticos, nos cinemas, nos locais de trabalho e na escola. Para as autoras, combater essa exclusão exige rigor metodológico, atitude dialógica e multilateral, em detrimento do improviso e do fazer solitário. Essa perspectiva é respaldada pela Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015), que em seu artigo 70 determina que instituições promotoras de eventos de natureza científico-cultural devem oferecer à pessoa com deficiência os recursos de tecnologia assistiva previstos em lei, entre eles a audiodescrição.

A visita sensorial ao espaço cênico, prática complementar à ADS aqui relatada, encontra fundamento em estudos que a descrevem como um procedimento de acessibilidade teatral que amplia as possibilidades de fruição estética por meio dos sentidos remanescentes (Nascimento; Alves, 2018). Ao tocar o cenário, os figurinos e os objetos de cena antes do espetáculo, o espectador com deficiência visual constrói um mapa sensorial que será ativado e enriquecido durante toda a apresentação, permitindo que as descrições da AD se ancorem em referências táteis e afetivas concretas.

3. Procedimentos metodológicos

A prática aqui relatada foi desenvolvida ao longo de mais de dez anos em espetáculos teatrais de diferentes gêneros e formatos, com público com e sem deficiência visual. O audiodescritor dispõe de equipamentos próprios de transmissão e recepção via rádio FM, o que garante a operacionalização completa da acessibilidade em qualquer espaço cênico, sem depender da estrutura do teatro. O sistema FM permite alcance de até 1,5 km de raio e não impõe limite ao número de usuários simultâneos, o que representa uma vantagem significativa em termos de inclusão e escalabilidade.

Cada espetáculo acessível é estruturado em duas etapas complementares. A primeira consiste na visita sensorial ao espaço cênico, realizada imediatamente antes da apresentação, com duração aproximada de 30 a 45 minutos. Nesse momento, os espectadores com deficiência visual são convidados a explorar o palco, tocar o cenário e os figurinos, conhecer os objetos de cena e interagir com os atores, construindo referências sensoriais que sustentarão a fruição do espetáculo. Esse processo é acompanhado por notas introdutórias narradas pelo audiodescritor, que contextualizam o espaço, a obra e seus personagens.

A segunda etapa é a audiodescrição simultânea durante o espetáculo. Transmitida via rádio FM e recebida por fones de ouvido com receptores individuais, a ADS narra em tempo real os elementos visuais que os diálogos e a trilha sonora não comunicam: expressões faciais, movimentações em cena, mudanças de iluminação, detalhes de figurinos e outros elementos que estruturam a narrativa. A narração é inserida preferencialmente nos intervalos entre as falas dos personagens, evitando sobreposições que comprometam a compreensão da obra.

A coleta de percepções dos espectadores é realizada por meio de conversas informais e relatos espontâneos ao término dos espetáculos, constituindo uma fonte permanente de avaliação e ajuste da prática.

4. Desenvolvimento e resultados

Ao longo desses anos de prática, a combinação entre visita sensorial e ADS demonstrou-se consistentemente eficaz para ampliar a compreensão e a fruição estética dos espectadores com deficiência visual. Os relatos recolhidos ao final das apresentações são recorrentes: os espectadores descrevem uma experiência qualitativamente distinta daquela vivida em espetáculos sem acessibilidade, nos quais a ausência de descrição os deixava a construir a cena apenas com fragmentos auditivos e a própria imaginação.

Essa diferença é capturada com precisão por Koehler e Foerste (2021), ao citarem o depoimento de uma espectadora cega que comparou assistir ao teatro sem audiodescrição à leitura de páginas soltas de um livro, uma experiência de acesso parcial que compromete não apenas a compreensão, mas a vivência emocional plena do espetáculo. Com a ADS articulada à visita sensorial, os espectadores relatam que passam a compreender as intenções dos personagens, o contexto das cenas e os detalhes visuais que sustentam a narrativa, além de descreverem um sentimento de pertencimento efetivo ao espaço cultural.

Do ponto de vista técnico, a transmissão via rádio FM mostrou-se uma solução especialmente adequada ao contexto teatral: além de eliminar qualquer limite ao número de participantes, ela permite que o audiodescritor opere a partir de uma posição discreta no espaço, sem interferir na dinâmica da apresentação nem na experiência dos demais espectadores. A disponibilidade dos equipamentos pelo próprio audiodescritor garante independência logística e viabiliza a realização de sessões acessíveis mesmo em espaços que não dispõem de infraestrutura dedicada.

Observa-se, ao longo dos anos, um crescimento gradual e constante do público que utiliza o recurso. Esse movimento, ainda que modesto em ritmo, evidencia a importância de manter e ampliar iniciativas de acessibilidade contínua, pois cada espetáculo acessível contribui para que pessoas com deficiência visual desenvolvam o hábito cultural de frequentar o teatro com regularidade e autonomia.

A prática também confirmou a relevância da visita sensorial como etapa insubstituível do processo. Nascimento e Alves (2018) demonstram que a exploração tátil dos elementos de cena permite que os espectadores com deficiência visual confirmem, neguem ou redefinam as imagens mentais construídas durante a audiodescrição, em um processo multissensorial de atribuição de sentidos. No contexto aqui relatado, esse momento de exploração anterior ao espetáculo, e não posterior, como em alguns modelos descritos na literatura, mostrou-se ainda mais

potente, por antecipar as referências que a ADS acionará ao longo de toda a apresentação.

5. Conclusões e implicações para a prática pedagógica

A experiência aqui relatada demonstra que a audiodescrição simultânea articulada à visita sensorial constitui uma estratégia eficaz e sustentável para a democratização do acesso ao teatro por pessoas com deficiência visual. Mais do que um recurso de adaptação emergencial, trata-se de uma metodologia de acessibilidade cultural que se realiza na prática cotidiana dos espaços artísticos e que produz efeitos concretos na fruição estética, na autonomia e no sentimento de pertencimento dos espectadores.

Do ponto de vista das implicações para a prática, o relato aponta três elementos centrais: A importância da continuidade, pois a acessibilidade cultural não é um evento pontual, mas uma política que se consolida com a regularidade da oferta; A centralidade da preparação, considerando que tanto a visita sensorial quanto a construção do roteiro de ADS exigem rigor metodológico e conhecimento aprofundado da obra a ser audiodescrita; O potencial da tecnologia FM, um recurso de baixo custo, alta abrangência e fácil operacionalização que pode ampliar significativamente o alcance da acessibilidade em espaços culturais de diferentes portes e perfis.

A prática aqui descrita demonstra que o treinamento do audiodescritor é um fator decisivo para o êxito da audiodescrição simultânea. A experiência acumulada ao longo de uma década permitiu o desenvolvimento de repertório linguístico, sensibilidade estética e capacidade de tomada de decisão em tempo real que não se adquirem sem a continuidade da prática, o que reforça a necessidade de formação profissional consistente e de valorização dos audiodescritores como agentes fundamentais da inclusão cultural.

6. Principais referências

ALVES, Soraya Ferreira; TELES, Veryanne Couto. **Audiodescrição simultânea**: propostas metodológicas e práticas. Trabalhos em Linguística Aplicada, Campinas, v. 56, n. 2, p. 417-441, maio/ago. 2017. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8647486. Acesso em: 20 maio 2026.

ALVES, Jefferson Fernandes; NASCIMENTO, Anna Karolina Alves do. A audiodescrição e a mediação teatral: a palavra e o jogo dialogando com a cena. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 27, n. 51, p. 213-231, jan./abr. 2018. Disponível em: https://revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/view/4976. Acesso em: 25 maio 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 12 maio 2026.

KOEHLER, Andressa Dias; FOERSTE, Gerda Margit Schütz. **Audiodescrição, dialogismo e exotopia no teatro**. Alfa: Revista de Linguística, São Paulo, v. 65, e13537, 2021. Disponível em: https://periodicos.fclar.unesp.br/alfa/article/view/13537. Acesso em: 25 maio 2026.

MOTTA, Lívia Maria Villela de Mello; ROMEU FILHO, Paulo (orgs.). **Audiodescrição**: transformando imagens em palavras. São Paulo: Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2010. Disponível em: https://drive.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/planejamento/prodam/arquivos/Livro_Audiodescricao.pdf. Acesso em: 20 maio 2026.

NASCIMENTO, Anna Karolina Alves do; ALVES, Jefferson Fernandes. O tato, a audiodescrição e o teatro: quando as mãos desvendam os elementos da cena teatral. **Educação, Artes e Inclusão**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 7-35, jul./set. 2018. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/arteinclusao/article/view/11144. Acesso em: 23 maio 2026.